

ALMG discute reforma política federal

Participantes defendem presença feminina e mudanças no financiamento

A dificuldade de conseguir patrocinadores para campanhas eleitorais é um dos grandes desafios que as mulheres enfrentam na arena política brasileira e a saída pode ser o financiamento público. A opinião foi defendida ontem na Assembleia Legislativa pela deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG) e pela pesquisadora Marina Pinheiro, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UFMG.

Elas participaram do II Debate Público Minas na Reforma Política, promovido pela Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma Política. "Hoje o mercado é o maior eleitor, pois as grandes empresas viabilizam as campanhas", afirmou Jô. Marina Pinheiro completou que o financiamento público seria importante para diminuir a desigualdade com mulheres, afrodescendentes e outros grupos sociais.

Jô Moraes exibiu números mostrando a fraca participação da mulher na política nacional. Disse que, na Câmara dos Deputados, são 45 mulheres e 468 homens; no Senado, 12 mulheres e 69 homens; e nas Assembleias, 137 mulheres e 922 homens. Nos Executivos municipais, são 5.024 prefeitos para apenas 506 prefeitas.

Marina Pinheiro completou que, a despeito da reserva de candidaturas femininas incluída em 2009, o número de mulheres na política vem caindo, porque os partidos não sofrem punição se não destinarem 30% das vagas para mulheres.

Jô e Pinheiro defenderam o voto proporcional como garantia de representação democrática. Marina observou que a lista fechada, com intercalação de nomes masculinos e femininos, assegura mais igualdade de gêneros. Lembrou a Argentina, onde o sistema é adotado e a representação feminina no Parlamento é das maiores do mundo, entre 40% e 50%. As duas defenderam ações afirmativas e ampliação do acesso da mulher ao fundo partidário e ao tempo de rádio e TV na propaganda eleitoral.

Voto distrital

A possibilidade de adoção do voto distrital nas eleições foi criticada por dois especialistas da UFMG: o professor da Faculdade de Direito, Rodolfo Viana Pereira; e o pesquisador do Centro de Estudos Legislativos, Carlos Ranulfo, que acreditam que a mudança não corrigirá distorções nem fortalecerá a identidade partidária.

Para Pereira, é possível manter o sistema proporcional com correções, para garantir o fortalecimento institucional dos partidos. Para corrigir as distorções do sistema, ele propôs o fim das coligações, a democratização dos partidos, a cláusula de barreira e o financiamento público. O professor defendeu que as mudanças sejam voltadas para o fortalecimento do Legislativo, para reduzir a prevalência do Executivo sobre o Parlamento.

Para Ranulfo, o voto distrital é uma "bobagem". "No sistema distrital, o deputado é eleito com 30% dos votos. Quem ele representa?", provocou. Na avaliação do pesquisador, o voto distrital não contribui para aproximar representantes e representados. "Com a adoção desse sistema, o número médio de eleitores para cada representante na Câmara dos Deputados seria de 370 mil. Outro problema seria a divisão de cada Estado em distritos, uma vez que o número de deputados federais não coincide com o de estaduais", explica.

Ele também defendeu a cláusula de barreira (de 2%), que exige uma porcentagem mínima de votos para a Câmara dos Deputados para que um partido tenha representação nas outras casas legislativas. Mesmo duvidando da possibilidade de mudanças profundas, Ranulfo acredita que a reforma pode contribuir para aprimorar o atual sistema eleitoral.



Um bom público acompanhou no plenário o debate sobre o tema

Sistema misto é sugerido por especialista

Tratando do financiamento eleitoral no Brasil, o professor da Universidade Estadual de Campinas, Bruno Speck, fez um diagnóstico das regras atuais e propôs correções. Mas disse acreditar que não são necessárias mudanças profundas. "O País está numa boa situação em termos de financiamento eleitoral", declarou.

Segundo Speck, diante das dimensões do Brasil e dos cargos em disputa, as campanhas não são caras, mas concordou com as críticas de desequilíbrio nas disputas, por causa do volume desigual de recursos para os candidatos. Outra queixa pertinente, de acordo com ele, é quanto à dependência dos legisladores em relação a doadores privados.

Para minimizar os problemas, Speck propôs a adoção de um teto para doações, de pessoas físicas ou jurídicas, pois a regra atual permite que um empresário doe mais que um cidadão comum. Também sugeriu teto igual de gastos de campanha, diferenciado por

tipo de cargo e local. Pela lei atual, as campanhas definem seus limites, muitas vezes fictícios.

O professor também pôs em dúvida a adoção de financiamento exclusivamente público, que "não teria um impacto ou direção única". Speck defendeu a adoção de um sistema misto, com o candidato optando pelo financiamento privado ou público.

Comentando a exposição de Speck, o sociólogo Paulo Victor Melo, do grupo de pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral", da UFMG, concordou com o professor quanto à necessidade de pequenos ajustes no financiamento, afirmando não ver com bons olhos uma mudança profunda. Ele elogiou a ALMG por realizar a consulta pública e permitir a participação de entidades nos eventos da comissão.

Minas na Reforma Política foi o segundo debate público promovido pela comissão. Na abertura, o seu presidente, deputado Carlos Mosconi (PSDB),

manifestou-se satisfeito por ver o Plenário "ocupado majoritariamente por mulheres". Lembrou que a comissão já promoveu mais de 20 reuniões, ouvindo segmentos da sociedade.

Consulta

Mosconi destacou ainda o papel da consulta pública feita pelo site da Assembleia, que já contabilizou 579 sugestões. O prazo final da consulta, que venceria ontem, foi adiado para a próxima segunda (27).

Para a deputada Luzia Ferreira (PPS), relatora da comissão, assim como no Congresso, os debates na comissão extraordinária da ALMG também mostraram a falta de consenso. Ela pretende concluir o relatório a tempo de encaminhá-lo à Câmara dos Deputados, que pretende apresentar suas conclusões até o fim de julho. A deputada Maria Tereza Lara (PT) destacou que o desafio agora é abrir a discussão para os municípios, "mesmo sendo o tema árido".

PÁGINA PREPARADA PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PODERES DO ESTADO
Executivo
 GOVERNADOR ANTONIO AUGUSTO ANASTASIA
Legislativo
 DEPUTADO DINIS PINHEIRO
Judiciário
 DESEMBARGADOR CLÁUDIO COSTA

Secretária de Estado de Casa Civil
 e de Relações Institucionais
 MARIA COELI SIMÕES PIRES
 Diretor-Geral da Imprensa Oficial
 CARLOS ALBERTO PAVAN ALVIM

MINAS GERAIS
 ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO
 Editor-Geral
 AFONSO BARROSO DE OLIVEIRA
 IMPRENSA OFICIAL - Av. Augusto de Lima, 270
 Belo Horizonte - MG - CEP 30190-001